



**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH) |

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**O PAPEL ECONÔMICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS-SP
(RMC): REFLEXÕES A PARTIR DA LEI 14.1923/2014 E DO
PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Orientador: Wagner de Melo Romão (IFCH/UNICAMP)

Orientando PIBIC - PICV: Danilo Morais Braga (IE/UNICAMP) (RA:
169642)

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Economia Solidária tem ganhado espaço como alternativa para a promoção do desenvolvimento local, inclusão social e democratização do trabalho, em contraponto ao modelo tradicional capitalista. Essa proposta econômica enfatiza a autogestão, a solidariedade e a cooperação entre os atores sociais, com foco na valorização do trabalho humano e na sustentabilidade.

No município de Campinas-SP, a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, instituída pela Lei nº 14.923 em 2014, representa um marco importante para a institucionalização e estímulo às iniciativas solidárias na região. Essa política, ao longo de sua vigência, vem sendo operacionalizada por meio da destinação de recursos orçamentários, ações de apoio técnico e organizacional, além da criação de espaços institucionais de participação democrática.

Apesar da relevância da política pública para o fortalecimento da economia solidária, ainda são escassos os estudos que sistematizam e avaliam os seus impactos práticos na vida dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e na comunidade local. Este trabalho busca preencher essa lacuna, realizando uma análise quantitativa e qualitativa sobre o desempenho e os desafios dos EES no município, em articulação com a evolução orçamentária da política.

2. OBJETIVOS E PERGUNTAS DE PESQUISA

2.1. Objetivo geral

Avaliar os impactos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária em Campinas-SP entre 2014 e 2024, analisando a relação entre os recursos orçamentários destinados, o número de EES ativos e os efeitos socioeconômicos percebidos por esses empreendimentos.

2.2. Objetivos específicos

- A) Levantar e analisar dados quantitativos sobre a evolução do orçamento destinado à política e a quantidade de empreendimentos solidários ativos no município;
- B) Realizar estudo de caso em quatro empreendimentos selecionados para compreender as dinâmicas internas, desafios e contribuições para o desenvolvimento local;
- C) Identificar a percepção dos atores envolvidos sobre a participação democrática, apoio público e as limitações enfrentadas na implementação das políticas;
- D) Contribuir para o debate acadêmico e político sobre a efetividade das políticas públicas de economia solidária no contexto brasileiro;

2.3 Perguntas de pesquisa

- a) Como evoluiu o orçamento destinado à política de economia solidária em Campinas entre 2014 e 2024?
- b) Existe correlação significativa entre os valores orçamentários e o número de empreendimentos econômicos solidários ativos no município?
- c) Quais os principais impactos econômicos, sociais e organizacionais percebidos nos EES participantes da política?
- d) Como a participação democrática e o apoio público influenciam o desenvolvimento e a sustentabilidade dos empreendimentos solidários?
- e) Quais desafios e limitações ainda persistem para o fortalecimento da economia solidária local?

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza uma abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa e qualitativa.

4.1 Análise Quantitativa

Foram coletados dados anuais sobre os valores destinados à política de economia solidária no orçamento municipal (LOAs), disponibilizados pelo setor de finanças da Prefeitura de Campinas, referentes ao período de 2014 a 2024. Em paralelo, foram levantados dados sobre o número de empreendimentos econômicos solidários ativos no município a cada ano, a partir de registros institucionais e bases oficiais, como o DIEESE e o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária.

Foi aplicada uma regressão linear simples para analisar a correlação entre os valores orçamentários e o número de EES ativos por ano, utilizando o coeficiente de determinação (R^2) para medir a força dessa relação.

4.2 Análise Qualitativa

Foram selecionados quatro empreendimentos econômicos solidários para estudo de caso, representativos dos setores definidos pelo Decreto nº 19.286/2016. Para cada empreendimento, foram realizados estudos de caso, análise contextual e documental visando mapear as trajetórias, os impactos sociais, organizacionais e econômicos, assim como as percepções sobre a política pública.

5. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Os dados quantitativos indicam uma correlação positiva significativa ($R^2 = 0,73$) entre o orçamento destinado à política pública e o número de empreendimentos econômicos solidários ativos, sugerindo que a ampliação dos recursos públicos está associada ao crescimento do setor em Campinas. Essa relação demonstra a importância do financiamento público como um vetor de fortalecimento da economia solidária local.

Os estudos de caso evidenciam que os empreendimentos participantes usufruem de benefícios diretos relacionados ao acesso a recursos para aquisição de insumos, formação técnica, e participação em redes de comercialização solidária. Além disso, destacam-se impactos positivos na inclusão social, geração de renda e fortalecimento do senso comunitário e autogestão.

Contudo, persistem desafios estruturais, tais como a dependência de recursos públicos sujeitos a variações orçamentárias, limitações na capacidade de gestão interna e dificuldades para ampliar mercados. A participação democrática nos espaços institucionais, embora presente, ainda enfrenta barreiras relativas à representatividade e efetividade na tomada de decisão.

Esses achados corroboram análises anteriores na literatura que apontam para a economia solidária como um campo promissor para o desenvolvimento sustentável, porém demandante de políticas públicas consistentes, continuidade de investimentos e fortalecimento da participação social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa preliminar aponta que a política pública de fomento à economia solidária em Campinas tem promovido avanços relevantes no número e na sustentabilidade dos empreendimentos solidários locais. A vinculação entre o orçamento público e o aumento dos EES ativos sugere a importância do investimento governamental como base para o desenvolvimento do setor.

Além disso, o estudo qualitativo evidencia impactos sociais e econômicos positivos para os participantes, reforçando o papel da economia solidária como alternativa para a geração de trabalho e renda, especialmente para grupos socialmente vulneráveis.

Entretanto, para garantir a continuidade e o aprimoramento desses resultados, recomenda-se a ampliação da estabilidade dos recursos financeiros, o fortalecimento das instâncias de participação democrática e o apoio ao desenvolvimento das capacidades administrativas dos empreendimentos.

Este trabalho contribui para a sistematização do conhecimento sobre políticas públicas de economia solidária no contexto brasileiro, com foco na realidade municipal de Campinas, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e formulações políticas.

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 14.923, de 2014. Institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária. Prefeitura de Campinas.

DIEESE. Relatórios anuais de Economia Solidária. Disponível em: www.dieese.org.br

ITCP/UNICAMP. Metodologia de Incubação: Extensão Popular em Economia Solidária. Campinas, 2009.

ROMÃO, Wagner de Melo. Políticas Públicas e Economia Solidária: perspectivas e desafios. Revista de Economia Solidária, 2023.

SILVA, Maria et al. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: estudo em Campinas. Revista de Economia Regional, 2022.